



Imagine caminhos.

CASASBAHIA

banQi

ponto

bartira

extra.com.br

ASAP

iQXP

DISTRITO

celer

CNT

integra

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: A Via S.A., um ecossistema digitalizado e um marketplace aberto para inovação com uma abordagem centrada no cliente, no cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta, a seguir, o Relatório da Administração com os resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Perfil: A Via S.A., diretamente ou por meio de suas controladas ("Companhia" ou "Via"), listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código VILA3, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. Somos um ecossistema digitalizado e um marketplace aberto para inovação com uma abordagem centrada no cliente. Recentemente, fizemos a transição de um modelo de varejo transacional para um modelo de plataforma relacional. Nosso foco permanece em aumentar nossa base de clientes, o valor da vida útil do cliente ao longo do tempo (LTV) e a melhoria contínua da experiência do cliente. Oferecemos soluções financeiras e de crédito para nossos clientes através do BanQi e serviços logísticos especializados através da ASAPLOG. A recém lançada marca corporativa, Via (sem varejo no nome), vem acompanhada por um novo posicionamento, em linha com a grande transformação que estamos vivendo. A nova assinatura reforça a estratégia de ser reconhecida como "a melhor Via de compras de todos os brasileiros, onde, quando e como eles quiserem". Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 28 Centros de Distribuição e entrepostos e realizava suas vendas por meio de 1.091 filiais ativas (927 com a bandeira Casas Bahia e 164 com a bandeira Ponto). **Disclaimer:** As declarações contidas neste relatório relativas às perspectivas dos negócios da Companhia, projeções e ao seu potencial de crescimento constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do país, do setor e do mercado como um todo, logo, estando sujeitas a mudanças. **Mensagem da Administração: O ano de 2021 representou a consolidação da estratégia transformadora da Via.** Executamos, tudo o que nos propusemos a fazer ao desenharmos a retomada da Companhia. Mantivemos nosso foco na consolidação da transformação digital, adquirimos e nos associamos a novas companhias que vão contribuir na aceleração do nosso negócio. Mudamos nossa marca, nosso posicionamento e nosso ticker na B3, ampliando o nível de serviço e mantendo competitivo nosso custo de servir. Fortalecemos nossa posição omnicanal e digitalizamos nossas operações. Assim, a Via chega a 2022 colhendo os frutos das escolhas que fizemos ao assumir a empresa. E chega madura para ver os resultados da decisão de transformar uma Companhia, então focada em varejo, em uma plataforma aberta de soluções para atender as demandas de seus cerca de 28 milhões de clientes ativos e parceiros. Todos os passos da nossa transformação foram dados com transparência o apresentaram resultados que comprovamos aqui no segundo ano completo da nova gestão. Hoje, mostramos que nosso universo expandido - nossas soluções de crédito e logística como serviço - começa a apresentar números que ratificam nossa estratégia. Como consequência do investimento em tecnologia e do crescimento de nosso ecossistema, entregamos crescimento de 15% do GMV bruto em 2021 para cerca de R\$ 45 bilhões, dos quais 59% vieram das vendas digitais, uma evolução de 10,2 pontos percentuais em relação ao valor de 2020. **Afirmamos que 2021 seria o ano do marketplace, e assim foi.** O GMV do 3P dobrou vs. 2020, alcançando um patamar de R\$ 6,4 bilhões, valor alcançado com velocidade inédita no setor e respondeu por 24% das vendas digitais (+7,2 p.p. vs. 2020). Construímos um marketplace robusto e chegamos ao fim do ano com mais de 130 mil sellers e um amplo sortimento de 41 milhões de SKUs, no qual os itens de cauda longa representaram 60% dos pedidos realizados no 4T21. Oferecemos aos sellers serviços que incluem desde capacitação (Via Academy) até o aumento da visibilidade das lojas virtuais, utilizando nossas ferramentas de publicidade (Via Ads), entre muitas outras iniciativas que contribuíram para o aumento da rentabilidade desta vertical. Desenvolvemos uma plataforma que recebe e dá condições para que esses sellers cresçam e nos ajudem a ampliar nosso relacionamento com clientes em todos os pontos de contato. Buscamos estimular a recorrência de compras dos clientes ativos e também atrair novos clientes com o apoio dos nossos mais de 22 mil vendedores online que, em conjunto, geraram R\$ 7 bilhões em GMV online em 2021, dos quais 19% foram gerados por vendas de produtos do 3P. **Nosso desenho de cauda longa, refletimos a estratégia da Companhia: o cliente no centro, para que ele resolva todas as suas necessidades em nosso ecossistema.** Em 2021 conquistamos 1,8 milhão de novos clientes. A cada trimestre implementamos diferentes ações de parceria atreladas à compra de produtos e acesso a conteúdos gratuitos de serviços como HBOMax, Buser, Game Pass, entre outros, o que nos permite elevar a fidelização e aumentar o valor do cliente ao longo do tempo (life time value). Adicionalmente, no 4T21 lançamos o VIP - Casas Bahia, nosso programa de fidelidade focado em reconhecer os nossos clientes com benefícios progressivos de acordo com o engajamento dos participantes. É o primeiro programa do varejo 100% gratuito que oferece benefícios no site, loja e app de forma omnicanal, através de cupons de descontos, frete rápido, atendimento exclusivo e benefícios em marcas parceiras. **LOGÍSTICA, um novo capítulo deste pilar essencial.** Em janeiro de 2022, com a aquisição da logtech CNT (mais detalhes à frente), iniciamos o serviço de fulfillment de forma agnóstica e multi-plataforma. Esse é mais um marco atingido no nosso plano de expansão dos serviços logísticos, que reforça nossa direção de operar a logística Via "as a service", colocando os valiosos ativos da nossa malha logística (os 2,8 milhões de m² de CDs e lojas, a malha de transportes e a tecnologia embarcada em tudo isso) a serviço de nossos parceiros comerciais, sejam eles fornecedores L1 sellers ou parceiros do mar aberto. Adicionalmente a CNT nos trouxe uma madura operação de fulfillment, abrindo mais uma fronteira de mercado endereçável significativo que, se alavancando na malha Via, poderá escalar de maneira rentável e ainda mais veloz o seu crescimento. Em paralelo seguimos promovendo claramente eficiência operacional, traduzida em melhores níveis de serviços aos nossos clientes e em uma operação mais eficiente. Isso aconteceu ancorado em um processo de digitalização e incorporação de tecnologias, tanto em armazenagem como na distribuição de produtos leves e pesados, processo iniciado com a compra da Asaplog em 2020 e gerido por centenas de profissionais de logística e tecnologia. **Soluções financeiras conectadas com o cliente.** Se 2021 foi o ano em que o marketplace decolou em nosso ecossistema, 2022 verá nossas soluções financeiras se conectando cada vez mais com nosso universo de consumidores, da forma, no momento e onde eles desejarem. Nos relacionamos com a totalidade da população economicamente ativa do Brasil através do crediário online e offline. A isso juntamos, novamente, tecnologia, ferramentas de inteligência artificial e dados que nos permitem encontrar a medida certa para atrair brasileiros a experimentar uma nova jornada financeira, descomplicada e totalmente grátis. O banQi nasceu para incluir o brasileiro, com tecnologia intuitiva e a mais adequada oferta de serviços financeiros. Nossa fintech triplicou o número de contas, alcançando 4,3 milhões ao final de 2021, e passou a oferecer empréstimo pessoal, com um dos menores custos de aquisição entre as fintechs brasileiras. Adicionalmente, tivemos a entrada em nosso ecossistema da subaquilrente Celer e o investimento em startups financeiras como GoPublic, PoupaCerto, bybnc e Ufia. **Avançamos consistentemente em nossa jornada omnicanal.** Como definido em nossa estratégia, seguimos o plano de expansão em 2021 com 101 novos pontos. Muito mais que lojas, são hubs de relacionamento com clientes, origem de crédito e apoio à nossa estrutura logística. Seguimos expandindo nossa malha omnicanal e aderindo municípios novos, fortalecendo assim a oferta de serviços financeiros e crediário, assim como potencializando o crescimento das vendas online. A melhor tradução é a megaloja Casas Bahia na Marginal Tietê, em São Paulo, inaugurada em novembro de 2021. Com mais de 8.500 m² de salão de vendas, ela é um laboratório de experiências repleto de inovações, com o cliente no centro de todas as ações. Assim como a megaloja, todas os nossos pontos no país estão preparados para operar como conexões logísticas e financeiras, em sinergia com o nosso ecossistema. Em 2022, não será diferente. No 3T21, comunicamos ao mercado nossas provisões em relação a ações trabalhistas passadas e presentes e informamos nossa estimativa de monetização de créditos tributários, a fim de mitigar os efeitos no caixa e nos resultados da Companhia. De forma transparente, continuamos comprometidos e absolutamente dentro dos planos e da estratégia traçada e apresentada ao mercado para monetização dos créditos tributários, que ao final de 2021 somam R\$ 9,4 bilhões. Nosso país sempre foi repleto de desafios e 2022 não deve ser diferente. Mas, somos especialistas em Brasil e em varejo, com mais de seis décadas de conhecimento e experiência. Estamos hoje, melhor preparados no que diz respeito à tecnologia, estratégia comercial e logística, sem falar da mais eficiente operação de crédito, com a melhor força de vendas e com o maior conhecimento do cliente, por mais distantes que estejam no território nacional. Estamos preparados para seguir sendo uma plataforma, cada vez mais aberta, de relacionamento com o brasileiro. Encerro esta mensagem agradecendo a todos os nossos colaboradores, nossos milhões de clientes, nossos milhares de sellers no marketplace, nossos acionistas, nossos conselheiros, analistas, parceiros de negócios e fornecedores pela confiança depositada. Renovo a importância da nossa parceria para seguirmos juntos nessa jornada, sempre com o cliente no centro de todas as nossas ações e decisões.

Informações Consolidadas

Abertura da Receita Bruta

RS milhões	4T21	4T20	%	2021	2020	%
Mercadoria	8.711	10.317	(15,6%)	33.052	31.281	5,7%
Serviços de Frete e Montagem	66	127	(48,0%)	298	458	(34,9%)
Serviços	305	341	(10,8%)	1.098	1.020	6,7%
Crediciário/Carbões	484	489	(1,0%)	1.937	1.699	14,0%
Receita Bruta	9.566	11.274	(15,1%)	36.375	34.458	5,6%
Frete, serviços, crediário e montagem	855	957	(10,7%)	3.323	3.177	4,6%
% Receita Bruta Total	8,9%	8,5%	0,4 p.p.	9,1%	9,2%	(0,1 p.p.)

No 4T21, a receita bruta de mercadorias apresentou recuo de 15,6%, enquanto no ano de 2021 apresentamos crescimento de +5,7%. Nosso crediário segue sendo uma importante ferramenta de fidelização de nossos clientes e diferencial competitivo da Via, com penetração no 4T21 de 12,3% nas vendas e de 12,6% em 2021 (+1,0 p.p. vs. 2020). O crediário participa entre 25-30% na receita das lojas e 6,0% das vendas online (todavia esta penetração já triplicou em relação ao ano anterior). As vendas realizadas por meio de pagamentos próprios representaram 22% e 21% das vendas totais no 4T21 e no ano de 2021 respectivamente vs. 20% do ano 2020.

Composição Consolidada das Vendas:

	4T21	4T20	%	2021	2020	%
À vista	29,4%	24,9%	4,5 p.p.	27,3%	24,1%	3,2 p.p.
Carnê	12,3%	14,7%	(2,4 p.p.)	12,6%	11,6%	1,0 p.p.
Cartão de Crédito - Co-branded	9,8%	8,0%	1,8 p.p.	8,4%	8,5%	(0,1 p.p.)
Cartão de Crédito - Outros	48,5%	52,3%	(3,8 p.p.)	51,7%	55,7%	(4,0 p.p.)

Lucro Bruto:

RS milhões	4T21	4T20	%	2021	2020	%
Lucro Bruto	2.364	2.892	(18,3%)	9.327	9.466	(1,5%)
% Margem Bruta	29,1%	30,5%	(1,5 p.p.)	30,2%	32,8%	(2,6 p.p.)
Ajustes Não Recorrentes	8	(124)	na	124	(820)	na
Lucro Bruto Operacional	2.372	2.768	(14,3%)	9.451	8.646	9,3%
% Margem Bruta Operacional	29,2%	29,2%	(0,0 p.p.)	30,6%	29,9%	0,7 p.p.

No 4T21, a margem bruta operacional ficou estável a/e em 29,2%. No ano de 2021 houve melhora de 0,7 p.p. para 30,6% mesmo considerando o aumento da participação das vendas online cujas margens são menores que as praticadas nas lojas físicas. O ganho de margem bruta pode ser explicado pelo efeito positivo da negociação comercial e da produção do crediário. O ajuste não recorrente por conta do efeito trabalhista na margem bruta foi de R\$ 8 milhões no 4T21 e R\$ 124 milhões no ano.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas:

RS milhões	4T21	4T20	%	2021	2020	%
Despesas de Vendas, Gerais e Adm.	(1.784)	(2.402)	(25,7%)	(8.198)	(6.783)	20,9%
% Receita Líquida	(22,0%)	(25,4%)	3,4 p.p.	(26,5%)	(23,5%)	(3,1 p.p.)
Ajustes Não Recorrentes	85	266	na	979	153	na

Despesas de Vendas, Gerais e Adm. Operacionais

	4T21	4T20	%	2021	2020	%
% Receita Líquida	(20,9%)	(22,6%)	1,6 p.p.	(23,4%)	(22,9%)	(0,4 p.p.)

As despesas com vendas, gerais e administrativas operacionais ajustadas pelo efeito da provisão trabalhista apresentaram redução de 20,5% no 4T21, diluição de 1,6 p.p. para 20,9% da ROL. No ano houve aumento de 8,9%, totalizando 23,4% da ROL 0,4 p.p. maior vs. 2020, reflexo do aumento de participação das vendas digitais no mix total, o que demanda maior investimento em marketing para impulsionar as vendas. O impacto do ajuste nas provisões trabalhistas relacionado ao legado foi de R\$ 85 milhões no 4T21 e R\$ 979 milhões no ano de 2021.

Resultado Financeiro

RS milhões	4T21	4T20	%	2021	2020	%
Receitas financeiras	22	21	4,8%	75	83	(9,6%)
Despesas financeiras	(408)	(251)	94,8%	(1.473)	(1.103)	33,5%
Despesas Financeiras Dúvidas	(109)	(64)	68,8%	(323)	(195)	65,6%
Despesas Financeiras CDCI	(95)	(57)	66,7%	(306)	(222)	37,8%
Custo Venda Recebível do Cartão	(146)	(12)	na	(288)	(180)	60,0%
Juros de Passivo de arrendamento	(103)	(95)	7,3%	(391)	(388)	0,8%
Outras despesas financeiras	(37)	(22)	68,2%	(165)	(118)	39,8%
Resultado financeiro antes de atualizações	(467)	(230)	103,0%	(1.398)	(1.020)	37,1%
% Receita Líquida	(5,7%)	(2,4%)	(3,3 p.p.)	(4,5%)	(3,5%)	(1,0 p.p.)
Atualizações Monetárias	29	159	(81,8%)	181	324	(44,1%)
Resultado financeiro líquido	(438)	(71)	516,9%	(1.217)	(696)	74,9%
% Receita Líquida	(5,4%)	(0,7%)	(4,6 p.p.)	(3,9%)	(2,4%)	(1,5 p.p.)
Ajustes Não Recorrentes	27	(185)	(114,6%)	(4)	(438)	(99,1%)

Resultado financeiro líquido sem ajustes não recorrentes

	4T21	4T20	%	2021	2020	%
% Receita Líquida	(4,1%)	(2,5%)	(1,6 p.p.)	(2,2%)	(1,1%)	(1,1 p.p.)

No 4T21, o resultado financeiro líquido dos ajustes não recorrentes foi negativo em R\$ 411 milhões, 2,4 p.p. maior que percentual da Receita Líquida (5,1%), reflexo principalmente do aumento da Seic a/e e aumento da antecipação de recebíveis de cartão de crédito. No ano de 2021, o resultado financeiro operacional ficou estável em relação à Receita Líquida (4,0%). O impacto dos ajustes não recorrentes foi de R\$ 27 milhões no período e R\$ (4) milhões no ano.

Lucro Líquido

RS milhões	4T21	4T20	%	2021	2020	%
Lucro Líquido (Prejuízo)	29	336	(91,4%)	(297)	1.004	(129,6%)
Margem Líquida	0,4%	3,5%	(3,2 p.p.)	(1,0%)	3,5%	(4,4 p.p.)
Ajustes Não Recorrentes	96	134	na	835	(597)	na
Lucro Líquido Operacional (Prejuízo)	125	470	(73,4%)	538	407	32,2%
Incentivo de Subvenção*	-	(287)	-	(203)	(287)	na

Reconhecimento Lucro Líquido (Prejuízo) Pós Subvenção e Ajustes

	4T21	4T20	%	2021	2020	%
% Receita Líquida Pós Subvenção	1,5%	1,9%	(0,4 p.p.)	1,1%	0,4%	(0,7 p.p.)

O lucro líquido comparável para os ajustes não recorrentes foi de R\$ 125 milhões (margem líquida de 1,5%) no 4T21. No ano, o lucro alcançou R\$ 538 milhões (+32,2%) com margem líquida de 1,7%. No 4T21, houve efeito do incentivo de subvenção recorrente de R\$ 88 milhões. No acumulado do ano, o montante do incentivo de subvenção totalizou R\$ 491 milhões, dos quais R\$ 203 milhões referem-se ao efeito de períodos anteriores a 2021.

Ciclo financeiro

RS milhões	4T21	3T21	2T21	1T21	4T20	(+/-) 4T21 vs. 3T21
(+/-) Estoques	7.152	7.829	7.303	7.867	6.176	(677)
Diás Estoques¹	120	127	119	141	115	(7 dias)
(+/-) Fornecedores	9.654	8.672	8.404	9.078	8.284	982
Diás Fornecedores Total¹	163	141	137	163	155	22 dias
Variação Ciclo Financeiro (¹) Diás de CMV	2.502	843	1.101	2.102	1.679	1.659

Encerramos o 4T21 com importante redução no número de dias de estoque (7dias) em relação ao 3T21 e relevante aumento dos dias de fornecedores, resultando em uma variação positiva de R\$ 1,7 bilhão no ciclo financeiro. Esse movimento está em linha com a estratégia adotada recentemente de normalização do nível dos estoques para um patamar entre 90 e 100 dias em 2022.

Investimentos

RS milhões	4T21	4T20	%	2021	2020	%
Logística	38	16	139%	87	49	79%
Novas Lojas	116	39	195%	223	55	308%
Reforma de lojas	52	18	184%	154	47	227%
Tecnologia	143	99	45%	514	259	99%
Outros	30	9	237%	62	26	145%
Total	379	181	110%	1.040	434	139%

VIA S.A. Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ nº 33.041.260/0652-90

No ano, a Via realizou investimentos recordes que totalizaram R\$ 1,0 bilhão, sendo que cerca de 60% do total foi direcionado para projetos relacionados à tecnologia e logística para suportar o crescimento e digitalização da Companhia. Especificamente em tecnologia, o investimento dobrou vs. 2020. No 4T21 o capex totalizou R\$ 379 milhões e foi o dobro do valor investido em igual trimestre do ano anterior. **Movimentação de Lojas por Formato e Bandeira:** Foram abertas 63 lojas no trimestre, todas na bandeira Casas Bahia. Ao final de 2021, a Companhia operava um total de 1.091 lojas. Em 2021, totalizamos 101 novas lojas e fechamos 62, totalizando líquido de 39 lojas.

Casas Bahia

	4T20	3T21	Abertas	Fechadas	4T21
Rua	671	679	57	-	736
Shopping	186	186	6	1	191
Consolidado (total)	857	865	63	1	927

Área de Vendas (mil m²)

	4T20	3T21	Abertas	Fechadas	4T21
Área de Vendas (mil m²)	820	828	24,3	0,8	852
Área Total (mil m²)	1.317	1.323	45,0	1,3	1.367

Ponto

	4T20	3T21	Abertas	Fechadas	4T21
Rua	97	89	-	-	89
Shopping	98	75	-	-	75
Consolidado (total)	195	164	-	-	164

Área de Vendas (mil m²)

	4T20	3T21	Abertas	Fechadas	4T21
Área de Vendas (mil m²)	107	90	-	-	90
Área Total (mil m²)	184	147	-	-	147

Consolidado

	4T20	3T21	Abertas	Fechadas	4T21
Rua	768	768	57	-	825
Shopping	284	261	6	1	266
Consolidado (total)	1.052	1.029	63	1	1.091

Área de Vendas (mil m²)

	4T20	3T21	Abertas	Fechadas	4T21
Área de Vendas (mil m²)	1.500	1.470	45,0	1,3	1.514

Centros de Distribuição

	4T20	3T21	Abertas	Fechadas
--	------	------	---------	----------



VIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 33.041.260/0652-90

☆ continuação

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receita de venda de mercadorias e serviços	21	30.896	28.893	30.899	28.901
Custo de mercadorias e serviços vendidos	22	(21.513)	(19.403)	(21.572)	(19.435)
Lucro bruto		9.383	9.490	9.327	9.466
Despesas com vendas	22	(7.079)	(5.893)	(7.121)	(5.892)
Despesas gerais e administrativas	22	(1.013)	(812)	(1.077)	(891)
Depreciações e amortizações	11, 12 e 18	(782)	(721)	(799)	(731)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(682)	(390)	(718)	(386)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equívocos patrimoniais		(173)	1.674	(388)	1.566
Resultado financeiro, líquido	24	(1.230)	(691)	(1.217)	(696)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(98)	(25)	45	53
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.501)	958	(1.560)	923
Imposto de renda e contribuição social	16	1.204	46	1.263	81
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia		(297)	1.004	(297)	1.004
Lucro (prejuízo) do exercício por ação (Reais por ação)	25				
Básico					
Ordinárias		(0,18593)	0,68707		
Diluídas					
Ordinárias		(0,18593)	0,66838		

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRENTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhões de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(297)	1.004	(297)	1.004
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Valor justo de instrumentos financeiros	(153)	(24)	(153)	(24)
Tributos sobre valor justo de instrumentos financeiros	52	8	52	8
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes e investidas				
Ajustes de conversão do exercício	1	(3)	1	(3)
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(397)	985	(397)	985

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Via S.A., diretamente ou por meio de suas controladas ("Companhia" ou "Via"), listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código VVIA3, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. Somos um ecossistema digitalizado e um marketplace aberto para inovação com uma abordagem centrada no cliente. Recentemente, fizemos a transição de um modelo de varejo transacional para um modelo de plataforma relacional. Nosso foco permanece em aumentar nossa base de clientes, o valor da vida útil do cliente ao longo do tempo (LTV) e a melhoria contínua da experiência do cliente. Oferecemos soluções financeiras e de crédito para nossos clientes através do BanQi e serviços logísticos especializados através da ASAPLog. A recém lançada marca corporativa, Via (sem varejo no nome), vem acompanhada por um novo posicionamento, em linha com a grande transformação que estamos vivendo. A nova assinatura reforça a estratégia de ser reconhecida como "a melhor Via de compras de todos os brasileiros, onde, quando e como eles quiserem". Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 28 Centros de Distribuição e entrepostos e realizava suas vendas por meio de 1.091 filiais ativas (927 com a bandeira Casas Bahia e 164 com a bandeira Ponto).

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$. Essas informações foram preparadas com base no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros e remuneração baseada em ações mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Declaração de conformidade: Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de março de 2022.

2.4. Declaração de relevância: A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OPCV 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração da Companhia utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, portanto, estimativas e premissas referentes principalmente a perdas por redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos e mensuração de instrumentos financeiros. O resultado efetivo das transações e informações podem divergir dessas estimativas.

2.6. Impactos da COVID-19: A Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do coronavírus COVID-19 configura uma pandemia em escala global. Em 10 de março de 2020, a CVM emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 02/2020 e, em 29 de janeiro de 2021, emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 01/2021, orientando as Companhias Abertas a avaliarem de maneira cuidadosa os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos desta análise, observando as normas contábeis aplicáveis. A referida pandemia resultou em impactos relevantes na sociedade e na economia brasileira de uma forma geral, impactando duramente diversos setores da economia, incluindo o segmento varejista. A Via adotou uma série de protocolos e medidas a fim de cumprir com os requisitos sanitários determinados, incluindo restrição do horário de funcionamento e/ou necessidade de fechamento de nossas lojas. Todavia, em função do grande avanço demonstrado em nossa estratégia digital, conseguimos amenizar os efeitos adversos da pandemia em nosso resultado, de modo que não enxergamos riscos de continuidade e tampouco necessidade de ajustes de estimativas contábeis. Desde o início da pandemia, a Companhia tem adotado diversas medidas para preservar a saúde de seus colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e demais parceiros de negócios. Estimamos que o avanço do plano nacional de imunização permita a normalização da operação de lojas e o relaxamento das restrições de horário de funcionamento de modo que as pessoas voltem a circular permitindo uma gradual retomada do nível de atividade.

2.7. Aquisições: (a) Celer Processamento Comércio e Serviço Ltda. ("Celer"): Em 02 de julho de 2021, a Companhia anunciou que concluiu a aquisição de 100% (com por cento) das quotas representativas da Celer, através de sua controlada Cnova. A Celer é uma *fintech* que nasceu como uma plataforma proprietária de soluções de pagamentos e oferece um pacote completo de *Banking as a Service* (BaaS), permitindo que outras *fintechs* disponibilizem a seus clientes uma conta digital completa integrada a serviços de pagamentos, compreendendo alternativas de cash-in e cash-out, emissão e processamento de cartões, gestão de cobrança e transferências, incluindo ao tradicional portfólio de PIX. Em cumprimento ao CPC 15 - Combinação de Negócios, a Companhia está em fase de avaliação do valor justo dos ativos líquidos, adquiridos em 02 de julho de 2021. A melhor estimativa do valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição da Celer é apresentado a seguir:

Balanco patrimonial	Valor justo na aquisição
	02.07.2021
Ativos circulantes	27
Ativos não circulantes	11
	38
Passivos circulantes	50
Passivos não circulantes	12
Patrimônio líquido	38

O ágio gerado na aquisição representa o montante de R\$97, que compreende a relação entre o valor da consideração transferida pela Companhia, no montante de R\$85, e o valor justo do patrimônio da empresa adquirida. Este ágio é atribuído, principalmente, às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia. O valor do desembolso de caixa para aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido, é de R\$39, que corresponde ao montante de R\$45, pago em 2021 deduzido do caixa adquirido de R\$6, (b) Via Next: Em 08 de setembro de 2021, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral o início do programa "Via Next" onde realizou três investimentos minoritários, através de sua controlada Cnova, nas startups: GoPublic Serviços Financeiros Ltda. ("GoPublic"), Milobills Financial Technologies Inc. ("Poupa Certo") e Byebnk Facilitadora de Pagamentos Internacionais Ltda. ("byebnk"). Em 08 de outubro de 2021, a Companhia realizou mais um investimento minoritário, através de sua controlada Cnova, com startup: Ufa Portal e Serviços de Informação Ltda. ("UFFA"). O Via Next é o programa de conexão com a *startups* da Via, desenvolvido em parceria com a Distrito, que tem como um dos objetivos acelerar a transformação digital da Companhia e promover soluções inovadoras para melhorar a experiência do cliente, em toda a sua jornada de compra e relacionamento.

3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados: As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2021 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após. A Companhia está avaliando os impactos da adoção destas normas em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. - Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. - Alteração da norma IAS 16 - Imobilização: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilização estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. - Alteração da norma IAS 37 - Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. - Alteração da norma IFRS 3 - Referências a estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. - Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis: 2) Divulgação de políticas contábeis. Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. - Alteração da norma IAS 8 - Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. - Alteração da norma IFRS 16 - Arrendamentos: Define o tratamento de mudanças em contratos de arrendamento mercantil que tenham relação direta com a pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/04/2021. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras. - Alteração da norma IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

4. Principais práticas contábeis: As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresenta-

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhões de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receitas		35.501	33.631	35.558	33.665
Venda de mercadorias e serviços	21	36.322	34.430	36.375	34.458
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa		(825)	(799)	(830)	(800)
Outras receitas		4	-	13	7
Insumos adquiridos de terceiros		(29.324)	(25.993)	(29.359)	(25.958)
Custo de mercadorias e serviços vendidos		(24.529)	(21.799)	(24.350)	(21.654)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.851)	(4.474)	(5.041)	(4.580)
Recuperação (perda) de valores ativos		2	184	(23)	180
Outros		54	96	55	96
Valor adicionado bruto		6.177	7.638	6.199	7.707
Depreciações e amortizações	11, 12 e 18	(963)	(884)	(993)	(912)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		5.214	6.754	5.206	6.795
Valor adicionado recebido em transferência		175	394	348	475
Resultado de equivalência patrimonial	10	(98)	(25)	45	53
Receitas financeiras	24	273	419	303	422
Valor adicionado total a distribuir		5.389	7.148	5.554	7.270
Distribuição do valor adicionado		5.389	7.148	5.554	7.270
Pessoal		4.731	3.121	4.849	3.219
Remuneração direta		2.053	2.006	2.098	2.063
Bônus		255	236	242	246
FGTS		179	156	198	160
Demandas judiciais trabalhistas		2.211	698	2.223	706
Outras despesas com pessoal		33	25	58	44
Impostos, taxas e contribuições		(627)	1.890	(596)	1.907
Federais		(1.173)	635	(1.170)	648
Estaduais		467	1.187	493	1.190
Municipais		79	68	81	69
Remuneração de capital de terceiros		1.582	1.133	1.598	1.140
Juros	24	1.503	1.110	1.520	1.118
Aluguéis		56	2	55	-
Outros		23	21	23	22
Remuneração de capitais próprios		(297)	1.004	(297)	1.004
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(297)	1.004	(297)	1.004
Valor adicionado total distribuído		5.389	7.148	5.554	7.270

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

dos. Asquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, são descritas a seguir: a) Consolidação: Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas informações contábeis das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia. Participação societária nas controladas

	31.12.2021		31.12.2020	
	Participação	Participação	Participação	Participação
Direta	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Indireta	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
VVLog Logística Ltda. ("VVLog")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administradora de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova")	100,00%	-	100,00%	-
ASAPLog Ltda. ("ASAPLog")	-	100,00%	-	100,00%
Carrier EQ, LLC ("Airfox")	-	100,00%	-	100,00%
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi")	-	100,00%	-	100,00%
IXP Tecnologia e Participações S.A. ("IXP")	-	100,00%	-	100,00%
E-Hub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("E-Hub")	-	100,00%	-	100,00%
BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. ("BNQI")	-	100,00%	-	100,00%
Core Processamento Comércio e Serviço Ltda. ("Celer")	-	100,00%	-	100,00%

Descrição das principais controladas: Indústria de Móveis Bartira Ltda.: A Indústria de Móveis Bartira Ltda. é uma sociedade limitada, e foi fundada em 11 de maio de 1962. Tem por objetivo a fabricação e comercialização de móveis em geral, com predominância em madeira. O controlador final é a Via S.A.

Globex Administração e Serviços Ltda.: A Globex Administração e Serviços Ltda. é uma sociedade limitada, que tem por objetivo prestar serviços de administração, locação, arrendamento e intermediação de bens imóveis. Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda.:

A Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. é uma holding que tem por objetivo concentrar as participações da Companhia nas empresas financeiras: Financeira Itaú CBD S.A. Créditos, Financiamento e Investimento ("FIC"), Banco Investidor Unibanco S.A. ("BINVI") e FIC Promotora de Vendas Ltda. Em 2020, a Via anunciou a conclusão da aquisição da Airfox através da sua controlada Lake VVLog Logística Ltda. é uma sociedade limitada e foi fundada em 29 de agosto de 2000. Seu objetivo principal é otimizar as operações logísticas de sua controladora, Via S.A. tendo como foco principal a administração logística entre as lojas e centros de distribuição da Companhia. Em 2020, a VVLog anunciou a aquisição das empresas ASAPLog e IXP. Globex Administração de Consórcio Ltda.:

A Globex Administração de Consórcios Ltda. possui autorização, conforme Certificação de Autorização nº 03/00/164/90 do Ministério da Fazenda, para administrar grupos de consórcio, formados para aquisição de bens duráveis a serem entregues pela sua controladora, Via S.A., mediante cobrança de taxa de administração. Atualmente, a Administradora não possui grupos de consórcio ativos. Cnova Comércio Eletrônico S.A.:

A Cnova Comércio Eletrônico S.A. foi criada em 2014 a partir da contribuição de determinadas atividades e passivos da Nova Pontocom, que pertenciam ao Grupo de Aquisição ("GAD") e a Via S.A. ("Via"), visando à criação da Cnova N.V. com sede na Holanda. Como a reorganização societária ocorreu em 2016, a Cnova passou a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de julho de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de marketplace anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021, a Cnova adquiriu participação societária na Celer. b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros, são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. Passivos financeiros são classificados, inicialmente, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. E é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso para ser classificado como mantido para negociação. Mensuração subsequente: (i) Ativos financeiros: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é desreconhecido, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber (exceto Contas a receber de administradoras de cartões de crédito) e Contas a receber de partes relacionadas. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida): Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a variação cambial e as perdas (ou reversões de) redução ao valor recuperável, são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem saldos de Contas a receber - Administradoras de cartões de crédito. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e aos riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique, significativamente, os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. (ii) Passivos financeiros: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos): Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem Fornecedores, Fornecedores convênio, Empréstimos e financiamentos (exceto moeda estrangeira), Passivo de arrendamento, Partes relacionadas e Repasse a terceiros. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de compra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Os passivos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado compreendem saldos de Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desreconhecimento: (i) Ativo financeiro: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativo financeiro semelhante) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa expirarem; • A Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e, (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle do ativo. Quando a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reter os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferir nem reter substancialmente todos os riscos</



Imagine caminhos.

CASASBAHIA

banQi

ponto

bartira

extra.com.br

ASAP

iQXP

DISTRITO

celer

CNT/integra

VIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 33.041.260/0652-90

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Estoques: a) Política contábil: O custo dos estoques baseia-se no custo médio ponderado, e os estoques incluem todos os gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos no seu traslado até as suas localizações e para que estejam em condições de venda. Os estoques estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável através de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de estoque. As bonificações recebidas de fornecedores compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de marketing, entre outros. As bonificações são registradas no resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos. Quando aplicável, o valor das bonificações a receber é registrado como redutor do saldo de fornecedores, desde que os acordos com os fornecedores permitam a liquidação do saldo ao fornecedor pelo montante líquido. b) Estimativas e premissas contábeis: O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e despesas diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda, incluindo os ajustes para giro lento de mercadorias, margem negativa e quebras de estoque por roubo, furto e sucateamento, obtidos por meio de análise de perda histórica. O valor realizável líquido é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) Tributos incidentes sobre a venda; (ii) Despesas de pessoal atreladas diretamente a venda; e (iii) Custo do estoque. c) Composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lojas	2.953	1.970	2.953	1.970
Centros de distribuição	4.161	4.204	4.213	4.232
Almoarifado	21	16	22	16
Perda estimada ao valor realizável líquido	(36)	(41)	(36)	(42)
	7.099	6.149	7.152	6.176

d) Movimentação da perda estimada para redução dos estoques ao valor realizável líquido:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Saldo no início do exercício	(41)	(79)	(42)	(79)
Reversões (adições)	(16)	13	(15)	12
Perdas realizadas	21	25	21	25
Saldo no fim do exercício	(36)	(41)	(36)	(42)

8. Tributos a recuperar: a) Política contábil: A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de "custo das mercadorias vendidas" e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos. A expectativa de realização dos tributos é baseada na projeção de operações e crescimento, gestão operacional, legislação vigente e na geração de débitos para consumo desses créditos por operação. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia reavaliou as expectativas de realização de créditos tendo como base as alterações de seus planos orçamentários e logísticos. b) Composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ICMS a recuperar (i)	3.616	3.123	3.625	3.127
PIS e COFINS a recuperar (ii)	1.986	1.878	2.069	1.880
Imposto de renda e contribuição social	217	243	230	257
Outros	371	174	380	182
	6.190	5.418	6.304	5.446
Circulante	1.782	1.366	1.809	1.394
Não circulante	4.408	4.052	4.495	4.052

(i) Realização do crédito de ICMS: O plano de realização do crédito de ICMS é acompanhado periodicamente com intuito de garantir o cumprimento das premissas estabelecidas, bem como reavaliação das mesmas conforme os eventos de negócio, permitindo o melhor desempenho da realização do crédito. Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, e com base na expectativa futura de desempenho operacional e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com suporte em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia avalia a aderência do plano de monetização estabelecido, pelo menos anualmente e sempre que necessário reavalia, inclui e/ou exclui elementos que contribuem para trazer clareza as premissas consideradas para a realização do saldo de ICMS a recuperar. Cabe destacar que a realização do crédito ocorre também, através de processo de ressarcimento junto às Secretarias da Fazenda Estaduais e requer a comprovação através de documentos fiscais e arquivos digitais, das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Essa metodologia é determinada de acordo com a legislação de cada Estado e é seguida pela Companhia. (ii) Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS: Desde a adoção da sistemática do regime de não cumulatividade do PIS e COFINS, a Companhia vem pleiteando judicialmente o direito de deduzir o ICMS e o ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS. Com o julgamento da tese pelo STF em sede de repercussão geral, ocorrido em 15 de março de 2017, bem como o Acórdão publicado em 02 de outubro de 2017, a Companhia passou a realizar o cálculo com as respectivas deduções. Em agosto de 2019, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado de processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em maio de 2020, a Companhia obteve decisão favorável em mais um processo de discussão do direito à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. O montante contabilizado no ano foi de R\$1.330 registrado nas rubricas de "PIS e COFINS a recuperar", sendo o principal de R\$1.039 em "Custo de mercadorias e serviços vendidos" e atualização monetária de R\$291 em "Resultado financeiro, líquido". Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou os embargos de declaração da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como sua modulação de efeitos. O plenário, deu parcial provimento aos embargos de declaração, nos seguintes termos: (i) "no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS-COFINS, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado"; e (ii) "modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento".

c) Expectativa de realização dos tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado		Total	
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	31.12.2021	31.12.2020
2022	478	765	27	315	1.585	
2023	804	901	27	31	1.763	
2024	789	320	27	23	1.159	
2025	683	-	27	1	711	
2026	661	-	109	1	771	
2027	201	-	-	-	201	
	3.616	1.986	217	371	6.190	

	Controladora		Consolidado		Total	
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	31.12.2021	31.12.2020
2022	487	796	30	317	1.630	
2023	804	919	30	33	1.786	
2024	789	337	29	28	1.183	
2025	683	17	29	1	730	
2026	661	-	112	1	774	
2027	201	-	-	-	201	
	3.625	2.069	230	380	6.304	

9. Partes relacionadas:

	Ativo (Passivo), líquido		Receita (Despesa), líquida	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Partes relacionadas				
Controladas				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (b) (c)	125	-	(643)	(393)
Globox Administração e Serviços Ltda. ("GAS") (b)	-	-	(2)	(1)
ASAPLog Ltda. ("ASAPLog") (c)	-	-	(17)	(4)
VVLog Logística Ltda. ("VVLog") (c)	(26)	(2)	(44)	(4)
BanQI Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQI") (c)	2	2	(7)	(1)
Coligadas				
Financeira Itau CBD S.A. ("FIC") (a)	(3)	(3)	(10)	(9)
Banco Investidor Unibanco S.A. ("BINV") (a)	1	-	7	7
Growth Partners Investimentos e Participações S.A. ("Distrito")	-	(1)	3	-
Outras				
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (d)	386	242	433	280
	485	260	432	280
Operações de arrendamento mercantil				
Outras				
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (b)	1.027	1.008	1.054	1.034
Ativo de direito de uso	(1.499)	(1.457)	(1.539)	(1.496)
Passivo de arrendamento	(472)	(449)	(485)	(462)
	13	(189)	(53)	(182)
Total das operações com partes relacionadas				
Ativo - partes relacionadas	420	254	271	209
Circulante	141	57	188	97
Não circulante	-	-	-	-
Passivo - partes relacionadas	(76)	(51)	(27)	(26)

As operações com partes relacionadas, apresentadas no quadro acima, são oriundas de transações que a Companhia mantém com seus principais acionistas, suas controladas e com outras entidades relacionadas. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições usuais de mercado acordadas entre as partes, sendo as principais: a) Operações de crédito e financiamento com a FIC e BINV. A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC e BINV, que realizam operações de compra de recebíveis de cartão de crédito da Companhia. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receita (despesa), líquida" no quadro anteriormente apresentado e classificado na rubrica de "Receita de venda de mercadorias e serviços", na Demonstração do resultado da Companhia. A FIC e BINV atuam, também, como operadoras de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC e BINV era de R\$400 (R\$247 em 31 de dezembro de 2020). Esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" em "Administradores de cartões de crédito", demonstrado na nota explicativa nº 6. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$9 (R\$9 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) de despesas financeiras provenientes da venda de recebíveis de cartão de crédito. b) Operações de aluguel: A Via realiza operações de aluguel com CBD e GAS. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguel de 274 imóveis, entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos, estabelecidos em condições específicas com a Casa Bahia Comercial ("CB") e seus sócios, conforme Acordo de Associação celebrado entre Via, CBD, CB e sócios da CB. c) Compra e venda de mercadorias e serviços: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

	Operação		Receita (despesa), líquida	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Bartira	Compra de mercadorias	(643)	(393)	
VVLog	Contratação de serviços de logística	(44)	(4)	
ASAPLog	Contratação de serviços de logística	(17)	(4)	
BanQI	Tarifa de intermediação do carne Casas Bahia	(7)	-	

d) Acordo de associação Via, Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") e CB e instrumentos correlatos. Em 1º de julho de 2010, foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação ("Acordo de Associação") entre Via Varejo, CBD, CB e sócios da CB que, dentre outros direitos, assegurou à Via Varejo o direito de ser indenizada, a título de perdas e danos, por CBD, CB e sócios da CB, acerca de certas demandas judiciais e reembolso de despesas relativo a fatos ou atos cuja origem ou fato gerador tenham ocorrido durante o período de gestão dos antigos controladores da Via Varejo e das empresas mencionadas do referido Acordo de Associação. Conforme disposto no Acordo de Associação, findo o prazo de seis anos da data do fechamento da transação, o que ocorreu em 8 de novembro de 2016, foram encerrados os procedimentos relativos à constituição de indenização relacionada às novas demandas judiciais e iniciaram-se as negociações entre as partes para cobrança e liquidação dos saldos existentes relativos a tais perdas e danos. Em 4 de julho de 2017, a Companhia celebrou um "Termo de Acordo" com CB, em conjunto com CBD, para (i) liquidação das perdas e danos já incorridas até 8 de novembro de 2016; (ii) definição de novos critérios para apuração de responsabilidades pelas perdas e danos relativos às contingências; (iii) realização de reuniões periódicas nas quais cada uma das partes deve apresentar as perdas e danos incorridas a partir de 09 de novembro de 2016, a ser indenizados pela outra parte; e (iv) constituição de garantias para fazer frente à obrigação de indenização de CB relativas às contingências. O Termo de Acordo foi aprovado pelos Conselhos de Administração da Companhia e CBD em 24 de julho de 2017. A garantia constituída pela CB para cumprimento do referido Termo de Acordo foi uma fiança pessoal dos sócios da CB, bem como hipotecas sobre imóveis de propriedade da CB, em valor suficiente para suportar o total das contingências potenciais identificadas em 8 de novembro de 2016. Em 24 de outubro de 2018, a Companhia celebrou com CB, em conjunto com CBD, Termo Aditivo ao Termo de Acordo, visando aprimorar os critérios do Termo de Acordo e esclarecer determinadas cláusulas e condições, de forma a possibilitar a devida liquidação dos saldos em aberto apresentados de parte a parte nas reuniões periódicas. Em 14 de junho de 2019, a Companhia Brasileira de Distribuição realizou a venda integral da sua participação acionária da Companhia. A partir dessa data, os montantes a receber passaram a ser reconhecidos na rubrica de "Outros ativos no Ativo circulante". A Companhia tem em mindo os termos contratuais do Acordo de Associação e seus referidos aditivos posteriores até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. e) Remuneração da Administração: As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta Administração (diretores estatutários e membros do Conselho de Administração), registradas na Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram as seguintes:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações
Diretoria	26	27	53	29
Conselho de Administração	6	-	6	-
	32	27	59	33

10. Investimentos: a) Política contábil: Controladas são todas as entidades que a Via detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. O controle é definido: (i) Pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas; (ii) Por sua habilidade de utilizar esse poder; e (iii) Pela sua exposição aos retornos dessas entidades. As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido. No momento em que ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação das demonstrações financeiras da entidade controlada é interrompida. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício no momento em que há a perda de controle. Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas nas demonstrações financeiras consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos nas empresas controladas e coligadas, nas demonstrações financeiras individuais da controladora, encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com esse método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes, em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (impairment). Os dividendos recebidos dessas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. b) Saldos e movimentação:

	Controladora		Total	
	Lake	Bartira	VVLog	Outros
Saldo em 31 de dezembro de 2019	150	735	36	52
Aumento de capital (i)	205	-	17	11
Lucros não realizados nos estoques	-	4	-	-
Distribuição de dividendos	(5)	(4)	-	(5)
Equivalência patrimonial por resultado	(2)	(16)	(6)	(9)
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes	(3)	-	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	349	723	47	54
Aumento de capital (ii)	171	-	34	67
Adiantamento para futuro aumento de capital	80	-	23	16
Lucros não realizados nos estoques	-	(11)	-	(11)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1)
Equivalência patrimonial por resultado	(45)	13	(36)	(19)
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2021	556	725	68	117

(i) Em 2020, a Companhia aumentou o capital social da controlada Lake no valor total de R\$205, sendo o montante de R\$148 em dinheiro e R\$57 decorrentes de Notas Conversíveis em Ações emitidas pela empresa Airfox em favor da Via. (ii) Em 2021, a Companhia aumentou o capital social da controlada Lake em dinheiro no valor total de R\$171, da VVLog em dinheiro no valor de R\$34 e da Cnova também em dinheiro no valor de R\$67.

Saldo em 31 de dezembro de 2019

	Consolidado		Total	
	FIC	BINV	Distrito	
Equivalência patrimonial por resultado	108	37	-	145
Aquisição de participação societária	47	6	-	53
Distribuição de dividendos	-	-	18	18
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(6)	(4)	-	(10)
Equivalência patrimonial por resultado	149	39	18	206
Distribuição de dividendos	38	8	(1)	45
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(21)	(5)	-	(26)
	166	42	17	225

c) Informações financeiras resumidas das coligadas: FIC e BINV. São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via. A BINV é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A., enquanto a FIC é resultado da associação de CBD e da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A. A Companhia exerce influência significativa nos investimentos, mas não o controle. A participação no capital votante total da FIC e BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake. Distrito: O Distrito é um hub de inovação que detém uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberta, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas, startups, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. A Companhia exerce influência significativa no investimento, mas não o controle. Em 31 de dezembro de 2021, a participação no capital votante total do Distrito corresponde a 14,58% oriundo do investimento da controlada Cnova. A seguir, informações das coligadas que a Companhia julga como relevantes para o cálculo da equivalência patrimonial:

	FIC		BINV	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Balanco patrimonial	8.742	6.738	928	679
Ativo circulante	35	52	-	-
Ativo total	8.777	6.790	928	679
Passivo circulante	7.401	5.611	844	603
Passivo não circulante	44	22	2	2
Patrimônio líquido (i)	1.332	1.157	82	74
Total passivo e patrimônio líquido	8.777	6.790	928	679
Demonstração do resultado	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido	268	332	15	12

(i) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A.

11. Imobilizado: a) Política contábil: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no final de cada período e ajustados de forma prospectiva. As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas:

	Vida útil média ponderada estimada em anos 31.12.2021	
	Controladora	Consolidado
Edifícios	40	15
Benefícios em imóveis de terceiros	15	11
Máquinas e equipamentos	5	5
Equipamentos de informática	1	1
Instalações	13	13
Móveis e utensílios	4	4

Não houve mudança significativa na vida útil média ponderada comparada com o ano anterior. Quando estão diretamente relacionadas à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas ao custo dos produtos e posteriormente registradas no "Custo das mercadorias e serviços vendidos" de acordo com a venda dos estoques. Redução ao valor recuperável (impairment): O ativo imobilizado deve



CASASBAHIA

banQi

ponto:

bartira

extra.com.br

ASAP

iQXP

DISTRITO

VIA S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 33.041.260/0652-90



—☆— continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021** - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível (*impairment*). A Companhia analisa, pelo menos anualmente, se há indícios de que os ativos intangíveis com vida útil definida não são capazes de gerar benefícios econômicos futuros através de geração de receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela Companhia. A Administração da Companhia efetua, pelo menos anualmente, análise em conjunto com seu departamento de tecnologia da informação, com a finalidade de verificar se os projetos de softwares em andamento possuem viabilidade econômica. Aqueles casos em que não seja provável que os ativos intangíveis seriam capazes de gerar benefícios econômicos e/ou que sua manutenção não esteja alinhada com a estratégia atual da administração da Companhia, são descontinuados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia efetuou a respectiva análise e, como consequência, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável. Para a determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis relativos à combinação de negócios, os seus respectivos valores foram devidamente alocados ao único segmento que a Companhia reporta. A aquisição da Bartira foi estratégica e realizada com o objetivo de permitir um fornecimento contínuo de móveis, importante categoria de vendas para a Companhia em ambos os negócios, bem como alcançar o fluxo de clientes para as lojas, qual benefício fortemente todas as demais categorias de produtos. Dessa forma, o teste de *impairment* para o ativo foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros projetados para os próximos 10 anos da Via em virtude do plano de negócios da Companhia que é estruturado de forma a demonstrar a realização de seus ativos nesse prazo. Para a determinação do valor recuperável, quatro principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento do Quinquênio 2022-2026, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento real das vendas (descontada inflação) de 0,5% do sexto ao décimo ano; (iii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da investida Bartira de 16,37% a.a.; e (iv) estabilidade da margem EBITDA a partir do quarto ano. A perpetuidade foi calculada considerando as mesmas premissas do último período. Essa análise não indicou a necessidade de reconhecimento de perdas desse ativo.

13. Empréstimos e financiamentos:

a) Composição dos saldos:

Taxa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
CDCl (i)	4.828	4.647	4.828	4.647
Empréstimos em moeda nacional (ii)	1.286	2.448	1.302	2.448
Debêntures (iii)	2.891	2.001	2.891	2.001
Notas Comerciais (iv)	401	—	401	—
	9.406	9.096	9.422	9.096
Circulante	5.267	6.687	5.283	6.687
Não circulante	4.139	2.409	4.139	2.409

(i) Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção do vendedor ("CDCl"). As operações Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção do vendedor ("CDCl") correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes (Credidiário Casas Bahia), por intermédio de instituições financeiras (vide nota explicativa nº 6). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Em 31 de dezembro de 2021, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCl era de 9,47% a.a. (5,39% a.a. em 31 de dezembro de 2020), abaixo apresentamos a segregação dos respectivos saldos entre circulante e não circulante:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
CDCl - Circulante	4.842	4.124
CDCl - Não Circulante	578	654
	5.060	4.778
Juros a apropriar	(232)	(131)
	4.828	4.647

(ii) Empréstimos em moeda nacional. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não firmou novos contratos de Cédulas de Crédito Bancário (CCB). Em 19 de dezembro de 2021, a Companhia comunicou aos acionistas o ato mercado em geral, sobre o alongamento da dívida da Companhia. Como impacto dessa operação o prazo, a taxa de juros e a amortização da CCB contratada no dia 29 de junho de 2020 foram alterados.

Data da contratação

Valor da captação	Prazo	Juros	Amortização
29/06/2020	R\$2.503 3 anos CDI + 2,90% vencimento e juros trimestrais		Principal no ano do
26/11/2020	R\$150 3 anos CDI + 2,59% Principal e juros semestrais		
26/11/2020	R\$150 3 anos CDI + 2,65% Principal e juros anuais		

(iii) Debêntures: Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única. Foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), com remuneração de CDI + 0,99% a.a., amortização final e juros semestrais, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência das debêntures é de 2 anos contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. Em 23 de dezembro de 2021, a 4ª emissão de debêntures foi liquidada. Em 25 de junho de 2020, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 650.000 (seiscentas e cinquenta mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 3,75% a.a. e CDI + 4,25% a.a. respectivamente, com amortização final e juros trimestrais, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 1 ano e da 2ª série de 2 anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. Em 26 de junho de 2021, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 771.959 (setecentas e setenta e uma mil e novecentas e cinquenta e nove) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 228.041 (duzentas e vinte e oito mil e quarenta e uma) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 1,90% a.a. e CDI + 2,10% a.a. respectivamente, com amortização final para a 1ª série e ao final do penúltimo e último ano para a 2ª série, com juros semestrais para ambas as séries, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 1.000.000,00 (um bilhão de reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 anos e da 2ª série de 5 anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única. Foram emitidas 400.000 (quatrocentas mil) notas comerciais escriturais no valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com remuneração de CDI + 1,50% a.a., amortização e juros no final, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/14195. O prazo de vigência das notas comerciais escriturais é de 1 ano e 6 meses contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados ao pagamento de parte do valor total da amortização das debêntures da 4ª emissão de debêntures da Emitente. b) Movimentação: O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento dos fluxos de caixa.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.899	5.899
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (i)	10.247	10.247
Amortizações (ii)	(7.004)	(7.004)
Liquidação de contrato de swap	6	6
Pagamento de juros (i)	(466)	(466)
Variações que não envolvem caixa		
Juros incorridos (i)	423	423
Swap	(4)	(4)
Variação cambial	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.096	9.096

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.406	9.422
Amortizações (i)	(9.028)	(9.028)
Pagamento de juros (i)	(491)	(491)
Variações que não envolvem caixa		
Combinação de negócios	—	—
Juros incorridos (i)	630	630
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.406	9.422

(i) Em 31 de dezembro de 2021, os montantes referentes apenas às operações de CDCl foram de R\$6.791 de captações, R\$6.703 de amortizações, R\$213 de pagamento de juros e R\$306 de juros incorridos (R\$5.944, R\$5.030, R\$232 e R\$219 respectivamente em 31 de dezembro de 2020). c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante:

Ano	Controladora	Consolidado
2023	2.138	2.138
2024	1.235	1.235
2025	383	383
2026	383	383
	4.139	4.139

d) Cláusulas restritivas: A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA ajustado ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization adjusted"). Debêntures e notas comerciais: A manutenção do vencimento contratual das debêntures e das notas comerciais em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente. Os principais indicadores de cumprimento de cláusulas restritivas são: *Covenants ESG - Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança): Attingimento de percentual de energia renovável, nas datas de verificação, vide abaixo: - Dezembro de 2022 - Igual ou maior a 50% - Dezembro de 2025 - Igual ou maior a 90%. *Covenants sobre dívida líquida* - Dívida líquida consolidada (*) não superior ao Patrimônio Líquido e - Relação entre dívida líquida ajustada, e o EBITDA consolidado ajustado (**), menor ou igual a 3,25. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos. (*) *Dívida líquida consolidada*: a dívida total da Companhia (Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo debêntures, notas promissórias e saldos das operações de CDCl, excluindo saldos das operações de Contratos de Arrendamento Mercantil), subtraída do valor das disponibilidades da caixa e dos valores de Contas a Receber, com deságio de 1,15%, oriundos de vendas com cartões de crédito, vale-alimentação e multibenefícios, incluindo saldos das operações de CDCl existentes dentro da rubrica de Contas a Receber. (**) *EBITDA consolidado ajustado*: O lucro bruto, deduzido das despesas operacionais gerais, administrativas e de vendas, excluindo-se depreciações e amortizações, e acrescido de Outras receitas operacionais ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres.

14. **Gerenciamento de riscos financeiros:** a) Política contábil: Quando não é possível obter o valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros em mercados ativos, o valor justo registrado nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do valor justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. b) Composição dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	1.596	2.925	1.781	2.984
Contas a receber (exceto Administradoras de Cartões de crédito)	3.733	3.319	3.759	3.325
Partes relacionadas	561	311	459	306
Instrumentos financeiros	—	—	10	—
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Administradoras de cartões de crédito	3.787	5.470	3.806	5.470

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	(7.608)	(7.704)	(7.750)	(7.799)
Fornecedores convênio (i)	(1.904)	(484)	(1.904)	(484)
Empréstimos e financiamentos	(9.406)	(9.096)	(9.422)	(9.096)
Passivo de arrendamento	(4.152)	(3.908)	(4.202)	(3.963)
Partes relacionadas	(76)	(51)	(27)	(25)
Repasse a terceiros	(498)	(637)	(578)	(653)

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê de Finanças, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente ao Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. Os riscos mais significativos aos quais a Companhia está exposta são relacionados aos riscos de mercado decorrentes dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras. (i) Fornecedores convênio: "Fornecedores convênio é formado a partir de transações mercantis recorrentes entre a Via e seus fornecedores de produtos e serviços os quais são comercializados pela Via conforme seu objeto social. Em sendo materialmente relevante e por se tratar de uma operação de essência operacional e mercantil, tais passivos são classificados contabilmente em conta específica em obediência às normas gerais de contabilidade. Vale ressaltar que estas operações atendem ao interesse mútuo no que tange à liquidez e capital de giro de cada parte (Fornecedor e Via). Portanto, trata-se de uma modalidade "colaborativa" entre agentes da cadeia do valor. Já ser classificada sob o nome de "fornecedor convênio". A conveniência e oportunidade destas operações decorre dos interesses e vantagens comerciais que passam mutuamente existir entre a Via e seus fornecedores, bem como, de eventuais variações conjunturais no nível da demanda e oferta de produtos e serviços. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras, com o custo financeiro de 11,04% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (3,0% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e é classificada separadamente da rubrica "Fornecedores". c) Risco de mercado: Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2021, é o aumento do percentual do CDI, uma vez que, o saldo total dos empréstimos e financiamentos excedeu o saldo das aplicações financeiras indexadas à mesma modalidade de taxa de juros. Taxa básica de juros: A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas, dentre as quais o CDI, para fazer frente às necessidades de capital de giro e de investimentos. Da mesma forma, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa. Uma análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3, para as datas de vencimento das operações, limitada a 12 meses, cuja taxa foi 11,79% a.a.. Nos cenários II e III, foram considerados aumento na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente. Abaixo, quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

	Consolidado		Análise de sensibilidade		
	31.12.2021	31.12.2020	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Operações					
Aplicações financeiras	1.549	164	205	246	246
Empréstimos bancários (*)	(4.594)	(441)	(531)	(620)	(620)
Impacto no resultado - despesa			(277)	(326)	(374)

(*) Não incluem os contratos de empréstimos CDCl por apresentarem taxas de juros pré-fixadas. d) Risco de liquidez: É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa de curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. É prática do departamento de tesouraria da Companhia manter linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro. Regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar o impacto na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não sejam renovadas. A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros, calculados até o vencimento, dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados podem não conferir com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	31.12.2021					
	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	7.608	—	—	7.750	—	—
Fornecedores convênio	1.943	—	—	1.943	—	—
Empréstimos e financiamentos	5.857	4.911	—	10.768	5.873	4.911
Passivo de arrendamento	1.185	3.600	1.009	5.794	1.196	3.649
Partes relacionadas	76	—	—	76	—	—
Repasse a terceiros	498	—	—	498	576	—
	17.167	8.511	1.009	26.687	17.365	8.560

e) Risco de crédito: A Companhia está exposta ao risco de crédito no caixa e equivalentes de caixa mantidos com instituições financeiras, na posição das contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro. Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário a instituições financeiras validadas pelo Comitê de Políticas e aprovadas pelo Conselho de Administração. Os bancos autorizados são os classificados como de primeira linha. Essa política também estabeleceu limites monetários e concentração de riscos que são regularmente atualizados. Para os saldos do Contas a receber, o risco de crédito é mitigado porque grande parte das vendas da Companhia é realizada por cartão de crédito, que são, substancialmente, securitizados com as administradoras de cartões de crédito. As vendas financeiras através do Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção do vendedor ("CDCl"), são linhas de crédito adquiridas junto aos bancos Bradesco, Safra, Banco do Brasil, Daycoval e BTG, visando o financiamento dos clientes; com intervenção da Companhia. Desta forma, a Companhia detém o risco de crédito, adotando procedimentos criteriosos na sua concessão. Todavia, o saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos. As estimativas de perda por não recuperação de ativos financeiros são calculadas conforme a política contábil da Companhia, descrita na nota explicativa nº 6(a). Os saldos dessas estimativas, apresentados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, foram considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais perdas da carteira de recebíveis. f) Gerenciamento de capital: O objetivo da Administração da Companhia é assegurar uma adequada classificação de risco de crédito, além de uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento de órgão regulador sobre o capital.

	Consolidado					
	31.12.2021			31.12.2020		
	Com CDCl	Sem CDCl	Total	Com CDCl	Sem CDCl	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1.781	1.781	2.984	2.984	2.984	2.984
Recebeíveis de cartão de crédito	3.839	3.839	5.512	5.512	5.512	5.512
Total caixa e equivalentes e cartão de crédito	5.620	5.620	8.496	8.496	8.496	8.496
Contas a Receber - Credidiário Casas Bahia	5.006	—	—	4.488	—	—
Outros recebíveis	717	717	551	551	551	551
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa-PDD	(711)	(55)	(543)	(64)	(64)	(64)
Total Caixa e equivalente e recebíveis	10.632	6.282	12.992	8.983	8.983	8.983
Empréstimos e financiamentos	(4.594)	(4.594)	(4.449)	(4.449)	(4.449)	(4.449)
CDCl a repassar para bancos parceiros	(4.221)	(4.221)	(4.547)	(4.547)	(4.547)	(4.547)
Total Empréstimos e financiamentos e CDCl	(9.422)	(4.594)	(9.096)	(4.449)	(4.449)	(4.449)
Caixa Líquido	1.210	1.688	3.896	4.534	4.534	4.534
Patrimônio líquido	5.637	5.637	5.979	5.979	5.979	5.979
Índice de Caixa líquido	0,21	0,30	0,65	0,76	0,76	0,76

g) Mensurações do valor justo: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém certos ativos e passivos financeiros, cuja divulgação da mensuração a valor justo é requerida conforme o CPC 40 (IFRS 7), apresentados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
		3.720	3.850	3.720
Custo amortizado				
Credidiário Casas Bahia (i)	(4.828)	(4.700)	(4.828)	(4.700)
Empréstimos e financiamentos - CDCl (ii)	—	—	—	—
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Administradoras de cartões de crédito (i)	3.787	3.787	3.806	3.806

(i) São classificados no nível 3 por considerar dados não observáveis utilizados para mensurar o valor justo. Para este cálculo, a Companhia utilizou como premissa a carteira de recebíveis do Credidiário Casas Bahia e a expectativa de perda dos títulos, bem como a taxa média do mercado de desconto de duplicatas. (ii) São classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura e negociações com partes independentes. A Companhia avaliou e concluiu que, exceto os indicados no quadro anterior, a maioria de seus ativos e passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente, devido aos vencimentos de curto prazo dos mesmos. Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento, exceto os ativos financeiros de Administradoras de cartões de crédito.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Estoques	7.099	6.149	7.152	6.176
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos	36.322	34.430	36.375	34.458
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(21.513)	(19.403)	(21.572)	(19.435)
Mark-up	1.69	1.77	1.69	1.77
Estoques ao valor de venda	11.986	10.911	12.660	10.951

15. **Tributos a pagar:** a) Política contábil: Os saldos de tributos a pagar estão apresentados líquidos entre o valor total devido e o saldo a recuperar relacionado a cada um dos tributos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Imposto sobre Serviços ("ISS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre o Renda das



VIA S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 33.041.260/0652-90



—☆ continuação **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Raphael Oscar Klein - Presidente	Marcel Cecchi Vieira - Vice - Presidente
Alberto Ribeiro Guth - Conselheiro independente	Renato Carvalho do Nascimento - Conselheiro independente
	Rogério Paulo Calderón Peres - Conselheiro independente

CONSELHO FISCAL

Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior Presidente	André Coji Membro	Magali Rogéria de Moura Leite Membro
---	-----------------------------	--

COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E COMPLIANCE

Marcel Cecchi Vieira Coordenador	Rogério Paulo Calderón Peres Membro	Luiz Carlos Nannini Membro
--	---	--------------------------------------

DIRETORIA

Roberto Fulcherberguer Diretor Presidente Sérgio Augusto França Leme Vice-Presidente Administrativo	Abel Ornelas Vieira Vice-Presidente Comercial e de Operações Orivaldo Padilha Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores Helisson Brígido Andrade Lemos Vice-Presidente de Inovação Digital	Alessandro Mendes Diretor de Contabilidade Adriano Vicente da Silva Contador 1SP271597/O-5
--	--	---

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Via S.A. ("Companhia"), em conformidade com o artigo 25, §1º, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando a sua conclusão nesta data.

Roberto Fulcherberguer Diretor Presidente	Sérgio Augusto França Leme Vice-Presidente Administrativo	São Paulo (SP), 09 de março de 2022 Abel Ornelas Vieira Vice-Presidente Comercial e de Operações	Orivaldo Padilha Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	Helisson Brígido Andrade Lemos Vice-Presidente de Inovação Digital
---	---	---	--	--

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Via S.A. ("Companhia"), em conformidade com o artigo 25, §1º, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando a sua conclusão nesta data.

Roberto Fulcherberguer Diretor Presidente	Sérgio Augusto França Leme Vice-Presidente Administrativo	São Paulo (SP), 09 de março de 2022 Abel Ornelas Vieira Vice-Presidente Comercial e de Operações	Orivaldo Padilha Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	Helisson Brígido Andrade Lemos Vice-Presidente de Inovação Digital
---	---	---	--	--

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal da Via S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes - Ernst & Young Auditores Independente S.S., datado de 09 de março de 2022, opinam favoravelmente que os referidos documentos, em todos os aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a ser convocada, nos termos da Lei no 6.404/76.

Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior Presidente	São Paulo, 09 de março de 2022 André Coji Membro	Magali Rogéria de Moura Leite Membro
---	---	--

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E COMPLIANCE

Aos Srs. Membros do Conselho de Administração da Via Varejo S.A. ("Companhia")

Apresentação
O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia ("Comitê") é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela legislação e regulamentação aplicável, principalmente pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 308/99, conforme alterada, pelo disposto no Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno. O Comitê foi instalado na reunião do Conselho de Administração de 24 de outubro de 2018, quando da migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado, sendo atualmente composto por 3 (três) membros. Em 07 de julho de 2020, o Conselho de Administração aprovou a atualização do Regimento Interno do Comitê, alterando também sua denominação para inclusão expressa de "Riscos e Compliance", bem como a nova composição do Comitê, a saber: (i) eleição do Sr. Marcel Cecchi Vieira como Coordenador do Comitê; (ii) eleição dos Srs. Luiz Carlos Nannini e Rogério Paulo Calderón Peres como membros do Comitê; e (iii) destituição do Sr. Fernando Dal-Ri Múrcia do cargo de membro do Comitê. O mandato dos referidos membros vigorará até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia do ano de 2022. O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com independência em relação à Diretoria. As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

Atividades desenvolvidas
Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias de tal órgão devem ser realizadas, no mínimo, bimestralmente. O Comitê reuniu-se 9 (nove) vezes no período de janeiro de 2021 a março de 2022. Todos os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais são assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia e também na plataforma utilizada pela área de Governança Corporativa da Companhia.

As principais atividades realizadas pelo Comitê no período de janeiro de 2021 a março de 2022 foram:
(a) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (DF2020);
(b) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2021 (1T21);

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Via S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Via S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. *Mensuração da provisão para demandas judiciais trabalhistas e civis:* Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para demandas trabalhistas e civis totalizou R\$ 2.494 milhões na controladora e R\$ 2.533 milhões no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa 17.c às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia e suas controladas são parte em número significativo de ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias trabalhistas e civis. A mensuração, o reconhecimento contábil da provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante os exercícios apresentados; (ii) análise da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia; (iii) obtenção de confirmações externas dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos de ações judiciais e processos administrativos; (iv) envolvimento de nossos especialistas na análise das probabilidades de perda e do modelo de cálculo adotado pela Companhia para constituição da provisão; e (v) avaliação da adequação das divulgações da Companhia em notas explicativas às demonstrações financeiras, em relação ao assunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. *Realização de créditos a recuperar de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS:* Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de créditos tributários de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS totalizou R\$ 3.616 milhões na controladora e R\$ 3.625 milhões no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa nº 8.b às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. A análise de recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS foi significativa para a nossa auditoria por considerarmos o seguinte: (i) os montantes desses créditos são relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021; e (ii) a elaboração dessa análise envolve julgamento por parte da administração da Companhia na determinação das projeções de débitos futuros de ICMS em suas operações, incluindo a consideração sobre regimes tributários especiais. Tais projeções podem ser afetadas por condições futuras de mercado e econômicas. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo implementado pela administração para a elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados utilizados para a elaboração das projeções; (ii) a avaliação da razoabilidade dos dados utilizados na elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo os referidos cálculos; e (iii) envolvimento de nossos especialistas em tributos indiretos na avaliação sobre a aplicação da legislação tributária e dos regimes tributários especiais nas projeções utilizadas na análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as premissas relacionados à recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Julio Braga Pinto
Contador-CRC-1SP209957/O-2



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 15/03/2022 17:26
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<http://valor.globo.com/valor-r/>

Hash: 1647289561c45f44356504431f8b7c9c8b807d9174